

A política como violência¹

Politics as violence

GABRIEL FELTRAN

RESUMO

O ensaio pensa a política contemporânea em três movimentos. No primeiro, relaciona desigualdade, humilhação e violência a partir de roteiros bem sucedidos nos últimos anos. No segundo, pensa a força centrípeta que, no Brasil, construiu a ascensão de Jair Bolsonaro. No terceiro movimento, essa mesma força centrípeta é vista a partir da liberação das polícias para fazer política. O rebaixamento da política à violência alinhava os três movimentos do ensaio.

Palavras-chave: Política e violência; Jair Bolsonaro.

ABSTRACT

The essay thinks contemporary politics in three movements. In the first, he relates inequality, humiliation and violence based on successful scripts in recent years. In the second, he thinks of the centripetal force that, in Brazil, built the rise of Jair Bolsonaro. In the third movement, this same centripetal force is seen from the release of the police to do politics. The demotion of politics to violence aligned the three movements of the essay.

Key words: Politics and violence; Jair Bolsonaro.

¹ Parte deste documento encontra-se publicado em Feltran (2020b; 2021).

I

Há cidades do interior do Brasil que ainda têm um cinema na rua. Vivo em uma delas. Não que esse cinema nunca tenha virado igreja evangélica; virou, há quase 20 anos. Mas desvirou depois de um tempo, numa decisão política incomum. Nos últimos dois meses fui a esse cinema três vezes, para três lançamentos de grande bilheteria: um filme brasileiro, “Bacurau”; um *blockbuster* americano, “Coringa”; e uma produção coreana, “Parasita”. A sequência teve impacto mais forte do que cada experiência, por uma razão surpreendente: os três filmes, que vêm de contextos tão díspares, têm *exatamente* o mesmo argumento.

As três produções dizem que não há síntese possível para a desigualdade, atroz e normalizada, do mundo contemporâneo. Argumentam que ela produz uma reação de violência crua. Os três filmes dizem que a desigualdade hoje não é apenas radical, mas cínica. Esculachado mais do que explorado, humilhado mais do que excluído, o oprimido se levanta nos três filmes com as próprias mãos, lâminas e balas. Derrama sangue com ódio. Sangue de gringos que matavam por esporte, de jovens *yuppies* bêbados no metrô, do colega explorado que adere ao patrão, do apresentador de televisão oportunista, do alto executivo que, embora ingênuo, não gostava de cheiro de pobre. Matar restitui, paradoxalmente, a humanidade que havia sido roubada dos humilhados.

“Coringa” se ambienta nas franjas noturnas de uma Nova Iorque da passagem para os anos 1980, quando brotava o projeto, hoje hegemônico, de sociedade neoliberal, global. “Bacurau” se passa em uma comunidade rural-urbana do Nordeste brasileiro, sem água não pela seca, mas porque a vila foi apossada por estrangeiros e políticos sem qualquer escrúpulo. “Parasita” narra uma Seoul desgastada pela miséria em tempos de abundância, que tem *bunkers* antimísseis em casas de luxo e pobres com celulares de última geração. No centro ou nas margens, no passado ou no futuro, na cidade ou no campo, as tramas são igualmente focadas na vida cotidiana de miseráveis que, agora, sabem como pensam e como vivem os poderosos. O contrário não é verdadeiro. Por isso, os protagonistas são sempre os miseráveis, nunca as vítimas.

Nas três produções o mundo é endinheirado e midiático, espetacular. Só não é justo. Gringos estúpidos, políticos estúpidos, apresentadores estúpidos e madames estúpidas têm tudo. Pobres, mesmo que mais inteligentes, não têm nada. Distópico-realista, futurista ou retrô, em cada um dos filmes o que se gesta nesse mundo é a revanche dos

miseráveis, que cortam cabeças com facão, explodem cabeças à bala, esmagam cabeças com golpes contra a parede.

Os humilhados serão exaltados, nada mais cristão. Pouco cristão é, entretanto, que essa exaltação não culmine em redenção. Porque já houve tantas perdas brutais — crianças e familiares assassinados, sequelas físicas e mentais — que, nos três filmes, permanecem como marcas indeléveis no quadro de interpretação do mundo do oprimido, mesmo depois do que teria sido a redenção. A desfaçatez dominante é punida com a morte sangrenta, é certo. Mas o paraíso não se apresenta depois da guerra.

Em “Bacurau”, os dominantes são estereotipicamente maus — eles matam pobres nos fundões miseráveis do planeta, tomando o cuidado de manter seus campos de tiro como localidades fora do mapa, onde nada, portanto, poderia ter acontecido. Em “Coringa”, os dominantes são até certo ponto uma oportunidade de crescer na vida — o apresentador de TV poderia ter sido o pai, ausente na vida real, que possibilitaria a oportunidade de estrelato —, mas terminam por manipular o sofrimento do pobre, aprofundando sua humilhação. Em “Parasita”, os dominantes são ingênuos, e inclusive bondosos, mas não conseguem evitar o nojo pelo cheiro específico que exala de todos os seus funcionários.

“Politizada” nesses termos, a violência do oprimido não se volta, em nenhum dos três filmes, a um sujeito social abstrato (os brancos, os ricos, o mercado, o Estado). Ela se volta contra aquelas pessoas diretamente implicadas na opressão — que, no entanto, representam a abstração do mal. Assim, não vira revolução (embora se esboce em “Coringa”), mas ainda assim produz empatia no espectador, que a vê como justa, e portanto a abstrai para uma narrativa mais ampla, politizando-a. A mesma operação está presente nos três filmes. A violência se transforma em narrativa político-moral, e a violência crua, dessa que estamos vendo ser celebrada no Brasil, agora tem ares redentores.

Não é uma violência libertadora a que vemos nas ruas, na frente do cinema na rua, entretanto. Os cineastas costumam ser parte de uma elite cultural. A mesma de intelectuais e outros artistas. O cinema de São Carlos virou igreja porque parecia que o povo já não queria mais alta cultura, embora ainda quisesse redenção das agruras cotidianas. Depois, a igreja virou cinema: não tinha vindo a redenção ainda; ela viria pela política. Era preciso ter mais cultura (e por que não mais igrejas?). Ambas geravam “desenvolvimento econômico”. O cinema é na rua, e é comercial, não passa tanto filme de arte. Houve uma decisão política, eu disse, de um governo municipal de coalizão, liderado por um partido de

esquerda, dez anos atrás. Com essa decisão, aquele cinema alternativo, com filmes europeus e “sessão maldita” — que havia perdido lugar, anos antes, à Igreja Universal — voltava à vida! Virava um cinema comercial, é verdade.

O que acontecia, e isso é o que importa, é que nessa saída era produzida uma *síntese* provisória entre um ideal de sociedade moderna, o da alta cultura ocidental (a tese), e o da comunidade religiosa tradicional, o da teologia da prosperidade (a antítese). Esquerda política e direita evangélica encontravam, na cidade de São Carlos e em muitos outros lugares, uma mediação então possível entre suas propostas. Essa mediação era o dinheiro: o cinema comercial, a igreja comercial, o mundo comercial. Síntese boa para todo mundo, claro. Racional, monetária. Deu certo em tantos lugares, por que não daria aqui? O cinema comercial na rua se tornou um sucesso, de fato, enquanto as igrejas encontraram espaços ainda maiores para se instalar. Não há contradição, ambos são partes de indústrias globais, e fazem a economia crescer.

Dez anos depois, a violência segue sendo figurada como originada nos pobres, e as igrejas parecem já não precisar negociar com as elites culturais da cidade, como acontece em Nova Iorque, Seoul ou Bacurau, que também tem professores e gente globalizada. Também nas enormes cidades indianas, de onde vem “O Tigre Branco” (que foi igualmente aclamado com o mesmo roteiro que vai da humilhação à violência). Já há outras elites, nesses lugares, especializadas em apenas fazer dinheiro: “o novo século é dos pardos e amarelos”, como se diz ali. Para os modernos de antes, universalistas no centro e violentos nas margens, um dilema se coloca. Sabemos como filmar o que sentimos, mas já não podemos agir com a crueza da violência direta que agora vêm das margens, modernos que somos. Não parece haver mais decisão política ou argumento que nos devolva o que se perdeu. Resta, ao que parece, lidar com essa violência.

II

O capitão Bolsonaro foi eleito com o propósito explícito de quebrar o sistema político realmente existente, chamado por ele de “velha política”. As tentativas de fazê-lo estão em seu projeto de governo, não são retóricas. A estratégia institucional seria a de refundar o Estado, tido como corrupto e ineficiente, para liberar o mercado das amarras da burocracia, da divisão de poderes e do funcionalismo público. Por detrás dessa direção institucional, no entanto, há um movimento moral com ação ideológica em bases bem consolidadas, que ainda é preciso compreender. O adjetivo mais preciso para qualificar esse

movimento me parece ser “totalitário”, e ao final do texto espero que esteja claro o porquê. Mas o esforço aqui não é teórico-conceitual, é de análise sociológica.

Muitos colegas têm se dedicado a compreender o fenômeno Bolsonaro, de força inesperada. Ronaldo Almeida (2019) fez uma análise preciosa dos múltiplos tabuleiros sendo jogados ao mesmo tempo, na ascensão do capitão à Presidência. Federico Neiburg e Omar Thomaz coordenaram um dossiê (NEIBURG & THOMAZ, 2020) que demonstra a força da etnografia para compreender as transformações políticas em curso. Marcos Nobre pensou a guerra de Bolsonaro contra a democracia a partir de diferentes conexões institucionais e internacionais (NOBRE, 2020). Piero Leirner trouxe ao debate a noção de Guerra Híbrida (MARIN, 2020), depois de duas décadas estudando o mundo militar. Um conjunto influente de intelectuais usa hoje a palavra “fascismo” para pensar o governo Bolsonaro e o compara ao movimento integralista brasileiro (SINGER *ET AL.*, 2020), que nunca foi governo. Cada um desses textos traz elementos decisivos para a compreensão do que vivemos.

Ainda me faz falta nesse debate, no entanto, uma perspectiva centrada no mundo popular hoje realmente existente. As mudanças em curso no sistema político não me parecem ser a causa, mas a consequência da erosão da promessa dupla (integração social e democracia) que chegaria ao nosso tecido social e nunca chegou muito, como sabemos. Quem promete pode não se lembrar, mas quem ouviu a promessa não se esquece. As ações institucionais do governo Bolsonaro tampouco me parecem ser uma perspectiva definitiva para compreender o que se passa. Das margens compreende-se melhor esse novo centro, como é de praxe em muitas outras situações.

Nas etnografias recentes nas periferias, verifica-se que o movimento totalitário que impulsiona o Messias, nome muito utilizado nas suas redes de propaganda, coloca em ação uma outra promessa redentora: limpar a cidade dos bandidos e o Brasil dos corruptos, equacionando o conflito social brasileiro através da eliminação das diferenças. A ideia de limpeza é fundamental, com toda a carga simbólica que ela traz, para quem foi considerado sujo a vida toda. Há ainda emancipação no projeto. Quem se emancipa são os jagunços frente aos coronéis, como Antonio Prata (2019) descreveu de modo acurado. O povão assujeitado por jagunços e elites não é, nesse projeto, sujeito de nada. Ele deve assistir à mudança e ser redimido, ao final da guerra “revolucionária” hoje em andamento, mantendo-se confiante e calmo. O povo apenas teria a oportunidade de viver essa comunidade redimida, chamada de “pátria cristã” nessas redes, ponto de chegada das

transformações em andamento. Há uma teologia, portanto, que orienta essa teleologia política.

Num universo social extremamente desigual, religioso e conflitivo como o Brasil, uma promessa assim redentora conforta os espíritos. Sobretudo os de baixo. Mas, especialmente, ela significa a luta dos jagunços como guerra justa. Porque os jagunços sabem como os coronéis pensam, e sabem que não há sequer pretensão de justiça em suas ações. Este texto caracteriza o caminho recente desse movimento moral, ao mesmo tempo que procura por suas raízes recentes. Elas estão fincadas empiricamente nas transformações das periferias urbanas e nos movimentos reacionários que surgem dali, muito mais do que no integralismo. Vestígios autoritários persistentes podem, sim, organizar alguns grupos de classe média, das elites. Mas elas embarcaram recentemente no movimento militarista policial e anti-intelectualista evangélico, não o contrário.

O movimento totalitário em curso não é, como por vezes se faz pensar, uma mobilização das elites contra os pobres. Nas frações mais estabelecidas do mundo popular urbano há muitos bolsonaristas e, mais que isso, muitos que estariam com outros governos de aspiração totalitária, caso Bolsonaro deixasse a liderança das massas. Frustradas suas expectativas de integração social e política plenas, próprias da migração e da promessa que construiu assalariamento urbano, policiais e pastores emergentes na política são fundamentais a esse movimento. A busca por integração persiste, agora ressentida e frustrada, porque eles já haviam tentado outras fórmulas.

Nos anos 1980 e 1990, o conflito urbano brasileiro foi significado no mundo popular como luta de classes, sob a hegemonia dos partidos trabalhistas; nos anos 1990 e 2000, a fração mais baixa dessas classes promoveu aquilo que chamamos de “expansão do mundo do crime” nas periferias urbanas. Na esteira da chegada dos mercados ilegais internacionais, essa expansão já demonstrava a crise daquela representação classista, em era pós-industrial. Mas foi na década que agora termina, a segunda do século XXI, que a violência do conflito social, intensificado pela violência criminal, produziu suas sínteses mais evidentes no mundo público.

A mais bem-sucedida delas foi a ascensão política das formas elementares do exercício de poder, expressos na cruzada moral e guerreira, velho-testamentista, ora em curso no tecido social. Resultante de luta ativa de grupos religiosos e policiais travada nos cotidianos populares (igrejas, grupos de whatsapp de bairro, centros comunitários, delegacias e batalhões, com seus intelectuais orgânicos), esse quadro propiciou ocupação de posições de poder e de controle da violência legítima nos territórios; propiciou também

significados novos para uma vida urbana sofrida, através da teologia pentecostal. A guerra original entre “trabalhadores” e “bandidos” produziu como síntese essa visão de mundo avessa às diferenças, na qual os “cidadãos de bem” viveriam em paz e os bandidos, corruptos e esquerdistas, agora umbilicalmente identificados ao mal, seriam extirpados do convívio social. Douglas Santos vem qualificando esse movimento como “a força do bem”.

Capilarizado no tecido social periférico há mais tempo, esse movimento passa a dividir redes de amigos e familiares, na medida em que galga posições e ataca os valores mais fundamentais não apenas da institucionalidade, mas da modernidade, a começar pela própria razão. Nestes dias de junho de 2020, enquanto escrevo estas linhas, morrem no Brasil cerca de 1.300 pessoas por dia por Covid-19, segundo os números oficiais; o capitão Bolsonaro não acredita em números, em infectologistas ou epidemiologistas, no entanto. Trocou dois ministros da saúde durante a pandemia e ordenou uma recontagem dos mortos; ordenou também que na bula da Cloroquina deveria constar sua capacidade de evitar os efeitos do coronavírus. Não importa que a ciência aponte noutra direção. A história, a natureza e a ciência devem seguir seus (dele) desejos, ou não existirão. O movimento toma muitas outras esferas, para além da esfera política.

Exemplos como esses são diários, como sabemos. O movimento que sustenta Bolsonaro busca um deslocamento central da narrativa moderna, que deveria ser substituída por formas muito elementares do exercício de poder. Em lugar da mediação dos partidos, o movimento de massas; em lugar da lei, a honra masculina; em vez da representação, a identidade; no lugar do pluralismo, a irmandade; no lugar da Constituição, o Evangelho e, por fim, no lugar da razão comunicativa, a violência crua.

Divido este ensaio em quatro partes pequenas, todas tentando responder à questão arendtiana: “como isso foi possível”? A primeira parte apresenta as linhas gerais do projeto de Bolsonaro, vislumbrando sua característica principal: a aversão à diferença. A segunda parte apresenta o espanto das elites e a surpresa dos setores intelectualizados com o fenômeno Bolsonaro, quando o conheceram. A terceira parte toma a perspectiva fundamentada nas etnografias que venho conduzindo nas últimas duas décadas, junto a colegas pesquisadores, nas periferias de São Paulo; descrevo o que seriam as matrizes discursivas do movimento de massas que impulsionou Bolsonaro, consolidadas desde 2013. A quarta e última parte pontua os elementos centrais da crise conjuntural que vivemos em 2020, e seus possíveis desdobramentos na esfera institucional.

PROJETO E MOVIMENTO

Refundar o sistema político, livrando-se da “velha política”, é também refundar a nação, que hoje estaria degenerada. A ideia de degeneração premente acirra a urgência das medidas excepcionais nos totalitarismos. A “revolução que estamos vivendo”, como disse Bolsonaro em jantar com Donald Trump, vai produzir um novo Brasil: um país no qual a família e a sociedade se livrem das ideologias de classe, de gênero e de raça, que nos dividem. Uma nova nação não terá mulheres se posicionando contra homens, negros contra brancos, patrões contra empregados. A ênfase é toda na nossa unidade. Um só Deus, uma só teologia: o cristianismo de matriz aberta, mas orientada pelo pentecostalismo; o senso de justiça é guerreiro, olho por olho. Não existem “povos indígenas” no Brasil, como lembrou o ministro da Educação ao presidente. Alguém sabe falar as mais de 300 línguas que os antropólogos dizem existir nessa terra? Um só povo, o brasileiro. Há só um idioma, o português, como há um só país, uma só nação, uma só terra, o Brasil. “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”.

Esse país sem diferenças já teria inclusive existido em algum lugar de nossa história autoritária. Mas uma guerra cultural foi produzida por bandidos (que a gente conhece de perto aqui nos bairros, somados aos corruptos lá de longe e sobretudo a esquerda, outras unidades homogêneas na visão desse movimento) e estava nos levando para uma revolução comunista. Nosso caminho natural de raça mestiça se viu ameaçado. Nosso futuro fora desviado; “nossa bandeira não é vermelha”, dizem os apoiadores de Bolsonaro, com patriotismo. O capitão-presidente concebe seu povo à sua imagem e semelhança. O povo são as pessoas honestas, como ele sempre diz ser. O projeto de Bolsonaro prevê apoiadores que operam como massas, não como classes ou grupos de interesse. Massas, exatamente como as descritas por Hannah Arendt durante os anos 1930 na Alemanha: instiladas por clichês morais e notícias falsas, autodeclaradas homogêneas e combatendo inimigos comuns, e sobretudo incapazes de pensamento, dada sua tendência incontrolável a reagir, superficial e coletivamente, frente a qualquer estímulo que lhes pareça contrário às suas certezas fúteis.

Esses movimentos incorporaram setores médios e mesmo elites às massas, no Brasil como na Alemanha dos anos 1930; mais do que isso, também têm tido acesso

progressivo aos recursos de violência institucional: são as frações policiais e militares — mobilizadas ideologicamente no seio das igrejas e agindo como grupos políticos autônomos nas esferas de disputa de poder — as lideranças concretas desses movimentos hoje, no Brasil. Afinal, para enfrentar os inimigos da revolução que está em curso, diz o presidente, é preciso estar armado. “Um povo armado jamais será escravizado”, repete Bolsonaro entre palavrões, durante uma reunião ministerial.

Os grupos ideológicos de extrema direita, rearticulados em escala internacional ao menos desde 2013, assumiram a direção programática de células dessas massas, frações delas, algumas armadas. Mas eles seguiriam irrelevantes em escala nacional se essas massas não tivessem as bases econômicas que têm, em primeiro lugar, nos mercados de proteção e, em seguida, nos mercados religiosos. Mercados que se ramificam até chegar às associações de empresários conservadores e aos agentes do mercado financeiro, bem como ao mundo profissional liberal, que embarcaram no movimento bem mais tarde. Esse projeto de país, finalmente em curso com todos juntos, não devemos esquecer, é também um projeto de mobilidade econômica dos próprios atores.

Um país novo deve dar passos livres, a começar pelo livre empreendimento e pelo livre mercado, diz a retórica. Um país no qual apenas o mérito de cada um seria critério de sucesso ou fracasso; mas se não der certo, há armas na retaguarda. Antes de rumar nessa direção, diz o capitão, é preciso destruir o que está errado: benefícios estatais que estimulam a vagabundagem, ações afirmativas que promovem o racismo, universidades públicas que fazem doutrinação marxista, ambientalistas que impedem o desenvolvimento. É preciso retomar, no plano simbólico, os costumes e valores próprios de nosso povo, de nossa cultura, de nossas tradições, de nossa terra. Que esse governo seja apenas um ponto de inflexão, diz o presidente, “humildemente”, às suas massas (MAZUI, 2019).

A SURPRESA E O EQUÍVOCO

Intelectuais, artistas, empresários progressistas, analistas de esquerda e especialistas em política institucional consideravam, até o começo de 2018, que Bolsonaro e seus apoiadores eram uma piada. Vídeos de falas homofóbicas, racistas, ou de louvação dos heróis da ditadura militar circulavam como absurdo, como loucura, nos nossos círculos intelectualizados. Bolsonaro jamais se elegeria num país industrializado havia quase um século, que alguns anos antes figurava como a oitava maior economia mundial, com classes médias urbanas consolidadas e formadoras de opinião, com mulheres há décadas no

mercado de trabalho, com uma democracia institucional sólida desde 1985, e que passara recentemente por uma sensível diminuição da pobreza. Os pobres saberiam em quem votar, se não pudéssemos confiar nas elites.

Meses mais tarde, quando as pesquisas apontavam Jair Bolsonaro como possível vencedor das eleições presidenciais, esses mesmos analistas diziam que a rejeição de Bolsonaro seria muito alta no segundo turno, que não havia chance de vitória. Diziam ainda que as falas francamente totalitárias de Bolsonaro, de tão caricatas, eram retórica de uma campanha eleitoral polarizada; mas que ele já moderava seu discurso em alguns contextos, que ficaria progressivamente mais moderado durante o governo. A máquina do “presidencialismo de coalizão”, bem como a burocracia pública já consolidada em carreiras, forçaria essa figura grotesca a fazer acordos, a respeitar a Constituição Federal e o Supremo Tribunal Federal. O Brasil teria um Ministério Público conservador, mas atuante. As pressões dos outros poderes, enfim, levariam o governo Bolsonaro mais ao centro do espectro político. “*Checks and balances*”, falavam, em inglês, os cientistas políticos.

Agentes do mercado financeiro embarcaram tardiamente na campanha de Bolsonaro, dada sua vitória iminente. O candidato lhes havia repetido que não sabia nada de economia, mas que tinha já definido seu ministro, seu homem forte, Paulo Guedes, ideólogo ultraliberal que preconizava privatizações totais. Esses mesmos agentes, por isso, também apostavam que o presidente seria controlável. O mercado internacional, a cotação do dólar, as reações da Bolsa de Valores, as pressões dos acordos internacionais já firmados, tudo isso controlaria Bolsonaro. Medidas econômicas irracionais estavam fora de questão, mesmo que o mercado pudesse sofrer com ataques verbais aos chineses e outras maluquices. As sanções econômicas resolveriam o problema. Bolsonaro atenderia ao mercado nacional e internacional e, afinal, o mercado se autorregula. Qualquer coisa, os militares estavam ao seu lado para orientá-lo. Seriam eles a garantia de algum Estado, sempre necessário a essa noção peculiar de autorregulação do mercado.

As elites brasileiras tradicionais, como esses analistas e agentes de mercado, também não levavam Bolsonaro a sério. Um animal, um chucro, seria útil nesse momento para afastar do governo federal o Partido dos Trabalhadores, considerado uma organização criminosa. Diante do incômodo com a mobilidade social de parte dos pobres, e com a corrupção deslavada do período dos governos Lula e Dilma, ao qual se uniu o dos militares com a Comissão Nacional da Verdade, essas elites consideraram que Bolsonaro era “um mal necessário”. “O menos pior”. Votariam no Amoedo, mais civilizado, caso ele estivesse no segundo turno.

Outras elites, ainda menos responsáveis pelo país, como os advogados, médicos e engenheiros, deram de ombros. Bolsonaro representaria uma passagem de bastão. Já havia inclusive nomes mais adequados à transição futura: Sérgio Moro, o super-homem anticorrupção, era um ídolo entre eles. Para essas elites, o plano de retomada do Brasil apenas começava em 2018, com Bolsonaro, mas se completaria em 2022. A casa-grande falava como se soubesse o que estava fazendo, como se tudo estivesse sob controle. Só que se esqueceu de combinar com seus jagunços, os policiais e militares, os pentecostais empreendedores, já se espriando pelas massas há tempos via Whatsapp, Facebook, Instagram, Twitter...

O movimento de massas se tornou governo federal sem imprensa, sem partidos e sem mediação importante dessas mesmas elites, que estavam acostumadas a ser consultadas. A diversidade (e desigualdade) da composição interna desse movimento é obliterada pela ideologia de unidade. As três matrizes discursivas comuns (FELTRAN, 2020a): i) o militarismo das Forças Armadas e das polícias militares, que agem como seu braço armado e orientam as ações de seus jagunços; ii) o anti-intelectualismo evangélico, que há muito é majoritário nas periferias e mobiliza moralmente as massas em direção contrária à da racionalidade moderna, dos argumentos, e a orienta na direção do totalitarismo; iii) o empreendedorismo monetarista de parcelas do mundo popular que consideram que você é o que você tem, simplificando bastante a teoria dos capitais.

Grupos que puderam ascender socialmente nas últimas décadas, seja por mercados formais, informais ou ilegais; ou grupos que se sentem piorando de vida, tendo ocupado posições médias no corpo social desigual, são igualmente mobilizados. As elites patrimonialistas, conservadoras ou neoliberais, compuseram depois o que resta dessa coalizão ampla, conjuntural, que se estima ter 30% dos votos do país, mas que alcançou maioria absoluta nas eleições de 2018.

FORÇA CENTRÍPETA

O prisma das periferias urbanas, e sobretudo das etnografias urbanas, parece produtivo para verificar a formação dessas massas. Nos anos 1990, enquanto os jornais discutiam a “consolidação democrática” do Brasil, lá nessas periferias o rap cantava o “Holocausto urbano”. As taxas de homicídios eram crescentes, o “mundo do crime” se fortalecia com a chegada dos mercados transnacionais de cocaína, havia mais dinheiro do que nunca; a guerra entre o crime e com as polícias era muito letal. Guerra marcada por

drogas, traições, cadeias de vendeta, sangue, tiros, corrupção policial. Nos anos 2000, a expansão das facções criminais foi notável, estabilizando esses ambientes de conflito especialmente em São Paulo, mas também em muitos outros estados. Muitos e muitos trabalhadores que antes “ajudavam” policiais — justiceiros, matadores, “pés-de-pato” — a controlar os bairros, agora podiam contar com as facções para colocar ordem nos territórios. A polícia parecia estar em baixa, deslegitimada, tida como violenta e corrupta. As igrejas pareciam estar muito longe da política, preocupadas apenas com o dinheiro fácil de fiéis envolvidos em redes proselitistas, amparadas por operações psicológicas comportamentais, que pensavam o conflito urbano como manifestação do diabo.

As periferias eram lidas como o atraso, como um lugar onde as ruínas do regime militar “ainda” existiam, aonde a democracia “ainda” não tinha chegado. Lugar, portanto, que seria transformado com a “extensão da cidadania” às classes populares. Falamos muito em direitos, em democracia participativa, nos anos 1990 e 2000, no Brasil. As periferias pobres seriam lugares a ser transformados pelas “políticas públicas”, vindas de um mundo estatal em transformação democratizante. Esferas públicas não estatais, orçamentos participativos, conselhos gestores tinham papéis formadores. Falávamos disso. O centro do regime político democrático se estenderia, conforme o tempo passasse e as instituições amadurecessem, às margens da vida institucional e pública. Haveria, portanto, uma força centrífuga de democratização do país.

Mais uma vez, faltou combinar com os jagunços. Desde aquele período, no cotidiano das periferias, as mães dos filhos assassinados pelas guerras do mundo do crime tiveram suporte das igrejas evangélicas, não das políticas públicas. Os trabalhadores e estudantes que voltavam para casa à noite também não contaram com políticas públicas de segurança. Contavam ora com a segurança dos traficantes locais, ora com policiais dos próprios bairros, que faziam bicos como segurança privada. Ou ainda com a dos que montavam suas próprias milícias, a depender do estado do país.

Se a guerra pelo lucro dos mercados ilegais opunha polícia e ladrão nas favelas e quebradas, como tese e antítese, as igrejas evangélicas de práticas disciplinares mais estritas se tornavam a síntese redentora. Nelas, policiais corruptos e bandidos arrependidos, ameaçados ou reformados poderiam aceitar Jesus e, convertidos, esquecer o passado de guerras. As igrejas pentecostais se apresentaram como aptas a refundar uma vida degenerada e torná-la uma nova vida, ritualizada a cada novo testemunho na igreja. Formas elementares. Os evangélicos eram 9% da população no Censo de 1991, atingiram 16% no Censo de 2000, 22% em 2010, e são mais de 30% dos brasileiros em 2020. Em mais quatro

ou cinco anos, irão se tornar a maior religião do país, superando os católicos, e sendo também exportada para muitos países do mundo. Cada um dos fiéis paga à igreja 10% de seu salário. As elites achavam uma piada esse mundo evangélico, cheio de pastores fanáticos e gente ignorante, explorada, falando do diabo o tempo todo. Bolsonaro não achava, e se converteu ao pentecostalismo durante o rito de impeachment de Dilma Rousseff, ainda em 2016.

As polícias também não estavam satisfeitas com a forma como eram tratadas pelos governos e, sobretudo, pelo debate público. Se havia, sim, policiais corruptos, a maioria deles era formada por homens trabalhadores, de origem pobre, honrados, que arriscavam a vida em uma guerra contra o crime, mas que não eram valorizados. Internamente aos governos, desde os anos 2000 as polícias passaram a se organizar politicamente e foram muito bem-sucedidas. O orçamento da segurança pública nos estados cresceu muito nas duas últimas décadas. No estado mais rico do país, São Paulo, a área de Segurança Pública (somando Secretarias de Segurança, Administração Penitenciária e Fundação Casa) tem mais recursos do que a Educação. Secretarias de Segurança municipais também foram criadas, foram armadas, e as polícias militares ganharam equipamentos modernos, novas viaturas e muito poder de fogo.

A contratação de policiais cresceu enormemente, e muitos ex-policiais, aposentados na casa dos 40 ou 50 anos de idade, investiram em mercados de proteção privada. Ao menos dez anos antes da eleição de Jair Bolsonaro, já era nítida a presença de policiais ideologizados ocupando — para destruí-los — conselhos locais de Direitos Humanos, de direitos de crianças e adolescentes, de diversidade e políticas da diferença, bem como cargos no segundo escalão de governos. Suas ideologias nacionalistas, negacionistas e autoritárias no plano local não foram muito notadas, até 2018, por quem fazia a “construção democrática” brasileira desde os escritórios de partidos políticos de Brasília.

Jair Bolsonaro, que, ao longo de sua carreira política, iniciada ainda nos anos 1980, sempre defendeu a bravura e grandeza dos policiais brasileiros, e homenageou com medalhas de honra os policiais que integravam milícias e matavam ilegalmente, unificou as bases policiais e evangélicas à sua candidatura, desde sua conversão ao pentecostalismo. Tendo recebido também o apoio de militares antipetistas, que consideraram uma afronta à instituição a criação da Comissão Nacional da Verdade por Dilma Rousseff, em 2012, Bolsonaro estruturou sua rede de apoiadores mais fiéis, mais institucionalizados, mais ricos e mais armados. Durante os anos de 2017 e 2018, rodou o país já em campanha,

conversando com muitos outros setores conservadores, aproximando-se de Steve Bannon e da direita internacional, sobretudo das redes norte-americanas, apoiadoras de Donald Trump.

Visões mais realistas da política brasileira, calcadas em pesquisas de campo, portanto, não se surpreenderam tanto com a ascensão de Jair Bolsonaro. O pouco de nossa surpresa se deve mais ao nosso elitismo, estrutural, do que ao que víamos em pesquisa. Sobretudo porque sabíamos havia anos que o capitão representa setores policiais, militares e evangélicos politicamente ativos havia ao menos uma década, com legitimidade construída ao longo do tempo, em um projeto de trabalho de base e de ideário de nação que pode sobreviver, facilmente, mesmo sem ele. Mais, sabemos que esses grupos já tinham bases materiais relevantes e que podiam sustentar esse projeto revolucionário, ora em curso, com ou sem Bolsonaro. Quando setores dos mercados financeiro, do agronegócio, das elites religiosas e rurais se associaram a essa força centrípeta, possivelmente sem se darem conta do que faziam, já devíamos ter muito claro o que aconteceria.

Ao menos desde os protestos massivos de junho de 2013, os setores dominantes nas periferias já se sentiam muito mais representados por esses movimentos totalitários do que pelos antigos sindicatos, partidos e movimentos de esquerda, que não apareciam tanto pelas favelas, com raras exceções, desde 2003. A figura do capitão Jair Bolsonaro ressuscitava a força política desses setores policiais e militares, muitos deles convertidos ao mundo evangélico, que também se candidatavam havia anos para o legislativo municipal e estadual. Se eles até então ocupavam segundo e terceiro escalões de prefeituras, subprefeituras, governos estaduais e legislativo, agora ganhavam um programa ideológico mais explícito, com capacidade de unificação.

Bolsonaro ressuscitou ainda o papel político da maçonaria, dos círculos masculinos de pequenos agentes de mercado e os coronéis locais, sem falar dos pequenos e médios proprietários arrivistas e ultraconservadores religiosos. O “pai de família”, a essa altura, já não via com bons olhos o que vinha acontecendo no Brasil: ações afirmativas, políticas de igualdade de gênero e raça, mudança significativa no emprego doméstico. Mas estava ainda sem representação explícita, em escala nacional. Esses homens sabiam que Bolsonaro não era apenas um homem branco e conservador, mas um símbolo do poder que eles queriam ter. Estava planejada a reação. O movimento de massas agora em curso é reacionário, sem dúvida, a essas mudanças que tiravam poder desse homem branco; mas é também uma reação de jagunços institucionalizados contra outros homens brancos ricos. É por isso que

Doria não controla as polícias de São Paulo, em insurreição justamente contra o tipo de elite que um almofadinha representa.

A aliança entre um deputado sem grandes pretensões como Bolsonaro, há 26 anos no Congresso homenageando torturadores, e essas massas armadas controlando recursos nada desprezíveis é o que se tornou público desde então. Parecia loucura as coisas que eles diziam, parecia *nonsense*. Mas não era. Inflamados por esses grupos ideológicos, muitos milhões de brasileiros sentiram que o “mito” Bolsonaro, sem mediação de partidos ou instituições, era a forma de fazer com que “suas” vozes viessem a público. Ele gravava vídeos diretamente às massas, que os replicavam. Dispensava a mediação da imprensa. Com estratégias de comunicação bem definidas, organizaram-se as linhas de fala das associações da “nova direita”, amplificadas pela capilaridade de igrejas e quartéis, mas também da “família brasileira”.

Recém-chegados ao debate político receberam milhares de mensagens em seus celulares, com uma única ideia, dita de muitas maneiras: o nosso mundo está se degenerando em corrupção e violência por causa da esquerda, mas nós, unidos, cidadãos de bem, podemos vencê-los. Vamos retomar esse Brasil para Cristo, para Deus, colocar ordem nessa terra e salvar a nossa pátria. Unidos. Milhões e milhões de trabalhadores manuais, donas de casa e informais, aposentados e até profissionais liberais *que nunca haviam se interessado por política*, foram assim convidados para compor um movimento moral, virtuoso, de limpeza do país. Frações das elites proprietárias, pouco educadas e pouco alfabetizadas politicamente, também se juntaram a eles conforme crescia a publicidade de seus discursos. Famílias e grupos de amigos antigos se cindiram, porque a política passou a ser assunto, literalmente, do conjunto da população.

Vencedores ou perdedores em sua vida, geralmente contida nos universos familiares, religiosos, no máximo comunitários, esses homens e mulheres do povo agora seriam, finalmente, bem-vindos para opinar sobre a vida política do país. Eles gostaram dessa nova posição, munidos de seus celulares. O “mito” dizia para os políticos o que eles queriam dizer. Que o certo seria explodir o Congresso, matar 30 mil pessoas, defender o trabalhador e não os “direitos humanos de bandidos”. Que o ensino religioso deveria voltar à escola, que um país se constrói com ordem, que a honestidade é o principal valor na política.

Era difícil para esses novatos, confrontados com grupos estabelecidos na cena política, ganhar as discussões nos argumentos. Faltava-lhes repertório argumentativo e

ferramentas de interpretação do jogo político. Esses *outsiders*, então, optaram por professar valores. Passaram a ser combatidos por “gente radical, que não tem respeito por nossas opiniões, mas se acha democrática”. Os mesmos esquerdistas que, nas escolas — eles ficam sabendo pelo Facebook —, ensinavam as crianças a ser gays. Por isso, está claro, há tantos “homossexuais” andando pelas ruas livremente hoje, e tantas pessoas falando em aborto. Mas isso vai contra a natureza e a vida, diz-se no Whatsapp da igreja, na porta das creches, nas reuniões de família, nas novelas da Rede Record. Bom mesmo era antigamente, não havia isso de preto contra branco. Todo mundo era igual. “Um absurdo o que estamos vivendo hoje em dia.” O absurdo representado por eles inverte o sinal.

Não é preciso mestrado ou doutorado, é preciso “ter as manha”. Para além das palavras bonitas, de quem pôde estudar, deve haver humildade porque todos somos iguais; é preciso falar com a verdade do coração, não com essas que se aprendem para humilhar os outros. Também a igualdade tem sinal invertido, agora. Amor, temor a Deus, boa intenção, ajudar o próximo, são coisas muito mais importantes do que bons argumentos. Sem argumentos, portanto, mas lidando em plataformas de relacionamento social que produzem polarização em escala global, esprou-se a ideia de que as universidades seriam grandes plantações de maconha; que os jantares no Judiciário e no Legislativo eram regados a lagosta e champanhe francesa, que Bolsonaro iria acabar com aquela farra.

Os vídeos que vinham da igreja também mostravam estudantes dando tapa na cara de professores, nas escolas do PT, e estudantes disciplinados e ordeiros nas escolas militares. As postagens que vinham dos policiais, que organizavam informalmente a segurança dos bairros, diziam que as famílias de presos ganhavam pensões e salários, enquanto as famílias de trabalhadores não eram indenizadas nem mesmo quando assaltadas. Haveria uma inversão de valores muito clara em jogo.

“Meio radical, às vezes”, diziam os eleitores de Bolsonaro. “Mas a vontade que ele tem de mudar o Brasil” compensaria o risco. Não era mais possível seguir com o PT, ficou claro. “Vamos dar essa oportunidade para ele.” O movimento de massas ganhou um programa político e foi coadjuvante nas eleições presidenciais de 2014, vencida pelo PT por margem muito pequena. Reforçou-se, nas postagens desse movimento, a circulação do trabalho de Olavo de Carvalho, que preconizava ação rápida, antes que o comunismo se implementasse de vez no Brasil. O movimento tornou-se um ator relevante nas eleições municipais de 2016, quando a extrema direita já recebeu votação muito melhor. Foi na campanha pelo impeachment de Dilma Rousseff, entretanto, que a candidatura de Jair

Bolsonaro se construiu como alternativa, e novidade, àquela cena política corrompida e degenerada, polarizada entre PT e PSDB no cenário nacional havia tantos anos.

Era preciso romper com aquilo. Fundadas na teologia cristã, nos valores da família e da comunidade, mas sobretudo na guerra à degeneração social que seria representada por comunistas e pelo “marxismo cultural”, essas massas abriram espaço até para terraplanistas e criacionistas. Ressentido com a desqualificação constante promovida pelos grupos mais estabelecidos, o movimento se fortaleceu, e aquilo que parecia impossível começou a ser observado no cotidiano: policiais, antes considerados cruéis e corruptos nas periferias, passaram a ser vistos orando e oferecendo serviços gratuitos para colocar ordem nos bairros. Pastores, antes considerados charlatães que só exploravam os pobres, passaram a ser olhados como pessoas respeitáveis, que ascendiam social e politicamente. Trabalhadores informais, que antes queriam “carteira assinada” (formalização), agora diziam explicitamente que não queriam patrão. A luta de classes também foi incorporada, em sinal invertido. Agora eles queriam ser “empreendedores” (informais).

A CRISE EM 2020

As elites proprietárias se juntaram às massas bolsonaristas apenas em 2018. Reconhecendo o capitão como baixo, vulgar, mas com muito apelo popular, essas elites julgaram poder utilizá-lo, controlá-lo, no bojo de seu próprio projeto conservador. Profissionais liberais, empresários ascendentes e elites financeiras aderiram à campanha presidencial apenas quando seu candidato natural, Geraldo Alckmin, demonstrou-se inviável pelas pesquisas. Ainda assim, essas elites — mesmo juntando-se a latifundiários — imaginavam que a baixezita violenta de Bolsonaro seria útil para controlar as massas, na direção do projeto conservador que elas sempre defenderam. O combate bolsonarista aos partidos e governos de esquerda era-lhes útil, como já havia sido demonstrado dois anos antes.

O impeachment em 2016 havia sido apoiado por bolsonaristas; a liderança, contudo, coube a uma aliança de partidos conservadores e liberais (PMDB e PSDB). Mas o movimento totalitário que sustenta Bolsonaro destrói essas certezas: travado simultaneamente nos planos da cultura, da violência, da política e da economia, tem até aqui engolfado tudo o que se junta a ele. Vindo das elites das periferias, o fortalecimento das bases do bolsonarismo não apenas ocupou o centro do espectro político, como parece hoje escapar ao controle de elites e coronéis. Grandes fazendeiros, grandes proprietários e

banqueiros têm ainda a esperança de que o ministro da Economia, que prometeu entregar-lhes todo o espólio da pilhagem do Estado nacional — as privatizações —, cumpra sua promessa.

Bolsonaro parece cada vez mais defender-se entre suas massas, no entanto. Eis a ideia de uma força centrípeta. Das margens do processo político, de onde prosperou a promessa de integração dos trabalhadores, depois frustrada, emergem as consequências inesperadas da pretensa democratização social. Passados 18 meses desde a ascensão de Bolsonaro, sua popularidade caiu e há muitos eleitores decepcionados com suas medidas impopulares, bem como com sua ignorância, agressividade e incapacidade explícitas. O movimento de massas que o sustenta, entretanto, manteve-se fiel e hoje representa 30% da população. Com os recursos à violência, e o acesso direto aos fundos públicos de uma economia do tamanho da brasileira, não é fácil detê-lo.

Em plena pandemia, há manifestações pró e contra Bolsonaro nas ruas das capitais do Brasil, e há massas mobilizadas. Nas ruas, movimentos antifascistas, com jovens vestidos de preto, prontos para o confronto, carregam faixas a favor da democracia, recebem bombas de gás, balas de borracha, e são presos pelas polícias militares. Movimentos vestidos de verde-amarelo, gritando frases racistas, carregando tacos de beisebol e pedindo o fechamento tanto do Congresso Nacional como do Supremo Tribunal Federal, recebem proteção dos mesmos policiais. Nas redes, famílias e redes de amigos seguem divididos.

O destino político de Jair Bolsonaro ainda é incerto. É certo, porém, que, com ou sem ele, teremos que lidar com uma parcela significativa da população organizada como massa, e muito mobilizada politicamente, pedindo um programa totalitário que as represente. Teremos também que lidar com polícias autônomas politicamente e com um projeto de pátria cristã. Nos próximos meses, Bolsonaro pode seguir liderando essas massas ou, no caso de um impeachment, ser substituído por um governo militar eleito. Motivos não faltariam. Mas o impeachment não traria de volta ao poder as mesmas elites tradicionais. Por isso, parte delas, lideradas pelo PSDB, aposta numa cassação da chapa eleita em 2018. Seria a chance de uma retomada da disputa institucional direita *versus* “esquerda”, há anos inoperante na política nacional.

A tentativa dessas elites não é simples. A grande imprensa nacional, que também já embarcou na luta contra Bolsonaro, não parece estar de acordo com outro golpe parlamentar. A esquerda organizada em torno de partidos políticos desapareceu: uma palavra mágica de Lula segue sendo esperada, mas o líder parece preocupado apenas com

as próximas eleições, sem compreender minimamente o que se passa. Setores populares estão confusos, divididos. Muitos dos trabalhadores que votaram em Lula por décadas, pela mesma capacidade de comunicação direta, hoje votam em Jair Bolsonaro. De um lado, o racismo, o sexismo e as medidas explicitamente pró-patrão, como a Reforma da Previdência e a autorização do corte de salários, decepcionam parte das massas que viam em Bolsonaro uma luta “contra o sistema”. De outro lado, sua postura anti-imprensa e anti-intelectual, seus palavrões e sua defesa da própria família, acima de qualquer princípio público, são características lidas como mostras de autenticidade e de desejo de ruptura com o elitismo dominante.

O que mais importa hoje, ao que parece, é conceber a política como exercício posto em marcha em outros termos, deslocado do plano moderno que a organizou nas últimas décadas. A institucionalidade estatal hoje é apenas uma das esferas — e um dos regimes de poder — em que se produz a política contemporânea. Comunidades, estamentos, fraternidades e massas são parte do jogo político. São formas elementares do poder que retornam à cena, longe dos controles modernos. Elas também recolocam a violência, entendida como uso da força armada, na condição de recurso político fundamental.

III

A ascensão de Bolsonaro não representou apenas uma mudança de governo. O centro de sua ação política é a substituição gradual (por enquanto) de um regime de poder por outro. Tudo o que consideramos ser fundamental ao regime democrático — liberdade de imprensa, divisão de poderes, direito de defesa, liberdade de cátedra, controle externo sobre as polícias, direito ambiental, igualdade de gênero e raça etc. — é percebido pelos *homens de bem*, fechados com Bolsonaro, justamente como os obstáculos a superar na “revolução que estamos vivendo” (FELTRAN, 2020a).

Minha pesquisa tem como foco a vida cotidiana de favelas e periferias. Nelas, a ordem estatal convive com o poder de facções e milícias, justiceiros e policiais agindo fora da lei. Meu argumento neste ensaio é que essa convivência íntima entre três diferentes regimes de poder, antes observável apenas em territórios periféricos, foi trazida ao centro da vida política nacional desde a ascensão de Bolsonaro.

Em vez da promessa democrática de ampliação da cidadania às periferias, o que vimos na última década foi um movimento oposto. Mecanismos de regulação institucional perderam força enquanto o centro do poder de Estado foi sendo tragado por formas

elementares da vida política (FELTRAN, 2020b), há muito hegemônicas nas periferias. Na última década e muito mais claramente desde 2018, vemos uma força centrípeta — das margens ao centro — arrastar as garantias institucionais e rebaixar a política ao plano da violência bruta (FELTRAN, 2020c).

Para cada ação política, uma reação armada. Em Goiás, um adesivo no carro terminou em prisão arbitrária (OLIVEIRA, 2021) e em Pernambuco uma manifestação pública foi reprimida por decisão autônoma dos policiais (ALVES, 2021). Em Brasília, uma determinação da Suprema Corte que reduzira em 70% a letalidade policial (AGÊNCIA BRASIL, 2020), e produzira uma audiência pública histórica², teve como resposta a operação policial mais letal da história do Rio de Janeiro. Logo após o massacre do Jacarezinho, que deixou 28 mortos, uma entrevista coletiva de policiais denunciando o “ativismo judicial” e os “pseudespecialistas em segurança pública”³ não deixou dúvidas sobre o caráter político da operação: era uma defesa da “sociedade de bem”.

A autonomia policial é reivindicação central (SILVA, 2021) do movimento político liderado hoje por Bolsonaro. Longe de qualquer controle civil ou estatal, as frações mais politizadas das polícias tripudiam do Supremo Tribunal Federal, do Congresso Nacional, de governadores contrários a Bolsonaro e de todos os que atravessarem seu caminho. Alcançar as instituições políticas seria apenas um meio. O fim é defender a sociedade⁴.

Em 2021, esse movimento esteve bem instalado em diferentes partidos, teve recursos para compor maioria na Câmara de Deputados e no Senado Federal, força entre juízes e muita força no Ministério Público. O movimento tem também suas bases entre profissionais liberais, nas grandes empresas de comunicação de massa e televisão, além das agências reguladoras. Também tem bases empresariais urbanas e no agronegócio, além de atualmente controlar posições centrais na institucionalidade estatal em todas as suas esferas (municipal, estadual e federal) e nos três poderes (Judiciário, Legislativo e Executivo). Nessas posições, os *homens de bem* — entre eles muitos policiais — têm acesso privilegiado aos fundos públicos.

As bases ideológicas e materiais desse movimento que se quer um regime totalitário estão nas forças de segurança. As despesas *executadas* no Orçamento da União em 2020 nas áreas da Defesa (R\$ 73 bilhões), da Segurança (R\$ 11 bilhões) e da Polícia Federal (R\$ 7

² Ver registro em https://www.youtube.com/watch?v=Qyv31eR_5dk

³ Ver registro em <https://www.youtube.com/watch?v=LOSEeT1NTjQ>

⁴ Ver, a propósito, curso ministrado no Collège de France por Foucault (1976).

bilhões) já comporiam base material suficiente para sustentar um projeto de poder nacional. O centro desse projeto hoje liderado por Bolsonaro está, entretanto, nas Secretarias de Segurança e de Administração Penitenciária dos 27 estados. Daí saem os fundos que abastecem as Polícias Militares e Cíveis, algo em torno de R\$ 170 bilhões por ano. Só o governo de São Paulo destinou R\$ 29 bilhões à Segurança Pública em 2019.

Dados do Conselho Nacional de Justiça indicam mais R\$ 15,8 bilhões gastos no sistema carcerário. Os recursos municipais das Guardas Municipais, agora armadas e com orçamento ampliado em todo o país, somam-se às áreas criminais do sistema de justiça, compondo essa máquina gigantesca. Mas não acabou. A segurança privada complementa esses recursos com 33,7 bilhões anuais (VIALLI, 2020). Juntas, essas forças da ordem — hegemonicamente bolsonaristas em suas bases e em grande parte de suas posições de comando — são de muito longe o maior orçamento do país para uma política setorial.

Enquanto rios de dinheiro fluem para um modelo de segurança profundamente ineficiente, a situação de insegurança crescente no país faz policiais e militares clamar por mais e mais recursos, como se não bastasse o achaque sistemático que policiais corrompidos fazem a mercados ilegais muito lucrativos — drogas, armas, garimpo, madeira e veículos ilegais, grilagem de terras etc. O crescimento desses mercados foi marcante desde a transnacionalização da nossa economia, nos anos 1990. Não é à toa que aqueles caminhoneiros que conhecem bem essas riquezas ilegais, por transportá-las escondidas em meio a cargas oficiais, já são bolsonaristas há tempos.

A luta pela vitória desse projeto terá as eleições de 2022, se chegarmos a elas antes de uma ruptura institucional, como ponto de inflexão. A campanha eleitoral já foi lançada nas redes. Policiais politizados estão no centro de uma luta política heroica. Em sua perspectiva, as polícias são a última barreira que separa o país da barbárie (MATOS, 2017). Para compreender a política dessas polícias hoje, no entanto, é preciso saber ao que elas reagem.

I. A EMERGÊNCIA DAS FACÇÕES CRIMINAIS COMO REGIMES DE PODER

O primeiro dos regimes de poder antes observáveis apenas nas periferias, hoje mais claramente observável também em outros espaços como portos, aeroportos e fronteiras, é o que emana das facções criminais. As facções se fortaleceram pelas margens urbanas a partir de um duplo movimento: de um lado, buscaram o monopólio da violência nas

prisões e nos territórios periféricos e, em seguida, incorporaram como suas normas próprias os códigos de honra e sentidos de justiça há muito hegemônicos nas chamadas “comunidades”. Tradicionalmente alijadas da participação estatal, essas comunidades desenvolveram suas práticas de autodeterminação e seus sentidos de justiça costumeiros. As facções as institucionalizaram em dispositivos de poder bastante sofisticados, ao contrário do que se pensa. Aquilo que se chama na imprensa de “tribunais do crime” é, na verdade, a elaboração prática de sentidos de justiça tradicionais, de extração velho-testamentista. Não se deve caguetar, dar falso testemunho. Não se deve talaricar, cobiçar a mulher do irmão. Não matará, sem o aval da facção. Não se deve roubar na “quebrada”, é o Crime que oferece a segurança e, portanto, regula a ordem social. Não se deve chamar a polícia, caso seu estabelecimento ou seu carro tenha sido roubado. Não se trata de expansão de direitos nem de um universo público sendo gestado, mas de regulação *comunitária* da ordem e dos sentidos da justiça.

As facções se fortaleceram ao reforçar esses princípios de vida comum, mas não seriam tão fortes se não tivessem conquistado bases materiais sólidas para seu regime de poder. Desde a chegada dos mercados transnacionais de cocaína ao Rio de Janeiro e a São Paulo, nos anos 1970 e 1980, esses códigos de conduta não regulam apenas a vizinhança, mas também mercados gigantescos. Um grama de cocaína custa em torno de 1 dólar na Colômbia, 3-5 dólares no Brasil e 100-160 dólares na Europa. Quando as facções tocaram esses mercados e passaram a regular elos de suas cadeias globais, produziu-se uma acumulação inédita no seio das comunidades mais pobres do país.

A nacionalização do Comando Vermelho e do PCC, então feita de modo silencioso, transformou as dinâmicas da violência e do poder em todo o país. Norte e Nordeste conheceram subidas dramáticas das curvas de homicídios no novo milênio, quando essas facções romperam a harmonia que caracterizou suas relações por 23 anos, em 2016. Em 2021, as economias de armas e drogas, veículos roubados, autopeças, seguros, leilões, minérios, madeira e muitos outros são cadeias mercantis transnacionais, reguladas em boa medida por essas e outras facções.

Esses mercados ilegais também geraram renda para jovens moradores das favelas. Inscritos no mundo do crime depois do fracasso dos seus projetos de inserção social legítima (e nunca antes, o que nossas etnografias mostram inequivocamente), esses jovens passam a ocupar as posições baixas do tráfico de drogas, da economia de veículos e cargas roubados, do contrabando e da contravenção. O que ganham em uma semana nessas atividades supera o ganho mensal, às vezes anual, do que ganhariam descarregando

caminhões, trabalhando como serventes de pedreiro, entregando panfletos ou comida *delivery*. Códigos de conduta estritos, mas também o dinheiro obtido nesses mercados, cimentaram a reciprocidade e o pertencimento masculinos, também formas elementares do poder.

Contadores, doleiros, advogados e banqueiros fizeram então com que o dinheiro ilegal desses mercados se convertesse em riqueza global. O mesmo câmbio que ajuda exportadores de *commodities* ajuda exportadores de cocaína, minério ilegal e autopeças roubadas. Portos, aeroportos e fronteiras têm hoje relevância central para negócios (i)legais, como têm para qualquer economia global. O consumo com ganhos ilegais também alimenta a economia, recolhe impostos, valoriza as grandes marcas de roupas, acessórios, motos, carros, helicópteros, a depender da escala de análise.

Esse regime de poder centrado na atuação criminal de facções, como os outros dois que conheceremos, evidentemente ampara sua autoridade no recurso último à violência armada. A Polícia Civil estima que haja 3,5 mil fuzis sob posse de facções criminais, por exemplo, apenas na cidade no Rio de Janeiro. As redes do PCC têm sintonias específicas para regular as armas, cada vez mais pesadas. Irmãos do Comando agem “pelo certo”, como dizem. Querem o “progresso dos seus irmãos”. Esse é seu projeto normativo, a alcançar por meio de inserções progressivamente mais altas, estratégicas e internacionais nos mercados (i)legais. As facções não priorizam tomar posições no Estado, até onde sabemos. As polícias que constroem seu regime de poder autônomo, hoje, já pensam diferente.

II. A REAÇÃO POLICIAL

O segundo regime de poder que já se notava claramente nas favelas e periferias, e hoje chega a posições centrais na esfera política, emana de policiais. Não de todos eles, mas dos policiais específicos, e não são poucos, que achacam esses mercados ilegais e seus operadores de modo organizado e rotineiro. Não é pouco dinheiro que esses homens fazem pilhando traficantes, desmanches, lojistas, moradores. Vinte, trinta, cem, duzentos mil reais por semana em um único ponto de venda. O valor se negocia a depender da capacidade de fazer frente à facção local, e por isso a guerra das polícias é explicitamente focada em tomar territórios das facções.

Os operadores desses mercados de proteção, entretanto, há muito não são *apenas* os policiais corrompidos que achacam o mundo do crime. O projeto de mundo desses

policiais corrompidos — eliminar os bandidos à bala — aliou-se aos mercados de segurança privados, tocado por policiais dobrando expediente ou por ex-policiais, aposentados na casa dos 40 ou 50 anos de idade, que também se querem forças autônomas. Ativamente, estes homens ocuparam posições em conselhos de segurança, mas também em conselhos de direitos humanos, de diversidade, conselhos tutelares e de direitos de crianças e adolescentes. Aliados a grupos religiosos muito conservadores nesses espaços, eles conheceram alguma oposição, o que fortaleceu ainda mais seus argumentos pela família e contra a depravação, instilados agora por grupos de extrema direita organizados internacionalmente — o mundo Olavo de Carvalho. Todos esses grupos hoje ocupam milhares de cargos no governo Bolsonaro (MOTTA, 2021).

A base material desse movimento que chegou às instituições foi a acumulação nos mercados de proteção, reinvestida em mais segurança pública e privada, mas também na proteção veicular, no mercado de terras, de veículos de segunda mão, de autopeças, no setor de eventos ou no mercado imobiliário. Ou ainda em fazendas, grilagem, garimpo e mineração informais, na exploração ilegal de madeira ou combustíveis, a depender da região do país. Depois que o dinheiro está na conta de empresas diversas, todas elas legalizadas pelo trabalho de contadores e advogados, ele pode ser investido em qualquer outro mercado. Associações comerciais locais, fraternidades, corporações e irmandades masculinas, muito fortes sobretudo nos interiores do país, voltaram à cena política como cimento dessas relações. O projeto político que Bolsonaro lidera hoje é mais radical do que o projeto político que esses grupos apoiaram na ditadura.

A forma mais elementar desse regime de poder são as milícias, que hoje controlam 57,5% do território do Rio de Janeiro (GENI & OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2021). Esse regime se manifesta em todos os outros arranjos extorsivos das polícias e de quem se alia a elas no mundo empresarial e político, no Brasil todo. Arranjos tão conhecidos que há um vocabulário próprio para eles, do informal ao institucional: arrego, acerto, pagar madeira, propina, suborno etc. Tão conhecidos que já foram teorizados pelo professor Michel Misse, que nos ensinou: onde houver um mercado ilegal, haverá conectado a ele um mercado de proteção, ilegalmente operado por agentes da ordem.

Amparada na justiça do olho-por-olho e numa masculinidade tradicionalista, essa forma elementar do poder confronta a base da promessa moderna (nunca nem de perto realizada nas margens) dos direitos humanos universais. Não há humanidade comum, nos dizem as polícias. O que existe é uma fratura fundamental que divide cidadãos e bandidos,

nos impelindo a uma guerra justa. Os cidadãos de bem são ordeiros e pacíficos, não queriam guerra. Mas se viram acuados pelos bandidos (que nesse campo semântico se confundem com esquerdistas, ateus, depravados, comunistas imaginários ou demônios que instilam todos os anteriores). É preciso recuperar nosso rumo como nação de Cristo, antes que seja tarde.

Em São Paulo, a hegemonia do PCC como guardião da ordem nas periferias combateu violentamente os “justiceiros”, também conhecidos como “pés-de-pato”, grupos de extermínio e esquadrões da morte. Eles foram expulsos das quebradas, ou mortos pela facção. Em muitos outros estados do país, essa é ainda uma guerra em curso, entre as facções e os grupos policiais que agem ilegalmente. Seja como for, a ordem urbana nas favelas e periferias passou a ser mais regulada pelas facções criminais do que por essas forças capilarizadas de controle armado, ligadas a mercados de proteção e grupos de extermínio. Policiais, justiceiros e milicianos, por conta dessa guerra, haviam recuado às fronteiras sociorraciais da cidade, protegendo elites e classes médias nos condomínios fechados, crescentes durante os anos 1990 e 2000. Mas também com guaritas e cancelas nas ruas de classe média, que se tornaram, na década seguinte, empresas de vigilância armada privada. Muros cresceram, câmeras se instalaram e grupos de Whatsapp liderados por policiais aposentados estabeleceram novas posições no mercado de proteção. Aos poucos, a insegurança virou um grande negócio.

Esse dinheiro tem oferecido melhoria de vida para policiais ideologizados e radicalizados, com um programa político claro. Em primeiro lugar, é preciso ter autonomia policial frente a quaisquer leis e regulações. Em seguida, é preciso ter um movimento de massas que legitime esse poder policial, demonizando uma parcela específica e racializada da população, garantindo legitimidade ao extermínio. Não por acaso, as mortes ilegais produzidas pelas polícias voltam-se a um mesmo grupo: jovens negros e favelados, o perfil dos operadores baixos e substituíveis dos mercados ilegais que chamamos de bandidos.

Nos grupos desses policiais, comemoram-se as mortes desses jovens — muitos da mesma cor deles, como que para livrar-se dela — com os colegas de profissão, enviando memes e figurinhas sarcásticas. Quanto menos houver deles, mais limpo estará o mundo. Autonomia policial, desprezo pelas instituições republicanas, massas instiladas pelo ódio e etnocídio: esse projeto expressa todas as feições do movimento totalitário que agora tem um programa de governo e se estrutura como regime de poder no seio das instituições.

Não vivemos o totalitarismo como regime, nem é certo que teremos um regime totalitário. O movimento que o prepara, entretanto, precisa ser brechado.

III. O ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

O terceiro regime de poder que se notava nas favelas e periferias era o Estado democrático de direito. Ao contrário do que se diz, não há *ausência* de Estado nas periferias. Além de seu braço repressivo, quem conhece uma favela ou um conjunto habitacional, ou ainda um bairro periférico autoconstruído, sabe que o Estado de Direito está (muito precariamente) representado ali por agentes de saúde, professores e profissionais da educação, assistentes sociais e defensores de direitos de crianças e adolescentes, sempre atuando em equipamentos públicos ou entidades sociais de baixo orçamento. Essas entidades são ligadas, quase sempre, a instituições religiosas católicas ou evangélicas, mais raramente a grupos laicos como organizações não governamentais ou sindicatos. Nelas, misturam-se o desejo por proteção social do Estado e a lógica religiosa da filantropia.

Nas trajetórias de vida que estudei nas periferias, havia uma clivagem fundamental na relação das famílias com o Estado de direito. Quase sempre, as famílias já mais estabelecidas — operários, taxistas, encarregados, eletricitistas, zeladores etc. — puderam ter acesso a alguma educação pública nos anos 1970-80, com alguma qualidade. Nesse período, a escolaridade superior não alcançava 2% da força de trabalho no país. Além disso, tiveram também algum financiamento habitacional e, por vezes, saúde pública vinculada à carteira de trabalho. Esse grupo mais estabelecido ofereceu aos filhos e netos, graças ao salário indireto que esses direitos representaram, uma vida muito melhor do que eles mesmos, os pais e avós, tiveram. A famosa classe C se constituiu assim, e viu em Lula a chance da integração social prometida desde os tempos de altas taxas de migração.

Mas outro segmento das periferias urbanas que entrevistei nos últimos anos — o das diaristas, dos trabalhadores informais e por conta própria, dos serventes de pedreiro, auxiliares de serviços gerais e terceirizados — não teve acesso a nenhum desses direitos sociais em sua trajetória. Não há financiamento habitacional ou carteira de trabalho assinada por longos períodos. Não há escolarização da primeira geração urbana, muitas vezes nem da terceira. O acesso à saúde pública só chega nos anos 1990, com a estratégia de Saúde da Família, ao mesmo tempo em que se democratiza e se precariza a escola que filhos e netos conhecem. O mercado de trabalho que acessaram sempre foi mais desprotegido, como foram suas famílias e trajetórias urbanas.

É nesse segmento mais baixo das periferias, evidentemente, que favelados veem a reprodução de sua pobreza na pobreza de seus filhos. É, evidentemente, desse setor social que vai brotar a minoria entre jovens favelados que, ontem e hoje, ocupa as posições baixas dos mercados ilegais, do crime violento e dos mercados de proteção. Policiais de baixa patente vêm também desses estratos baixos dos trabalhadores, enquanto oficiais costumam vir das classes média e média baixa.

Bons policiais, que agem segundo a Constituição Federal e as constituições de seus estados, infelizmente são raros nas favelas e periferias. Esses bons policiais cedo ou tarde acabam preferindo sair da guerra que se trava ali, porque não estão interessados nos seus espólios. O termo espólio de guerra, aliás, é usado por policiais quando eles se apropriam daquilo que “conquistaram” na luta da “sociedade de bem” contra o crime: dinheiro, drogas, fuzis, cargas. Sobram nessa guerra os policiais, os milicianos, os matadores e justiceiros que agem ilegalmente e que galgam posições institucionais de comando nas próprias corporações, organizando a pilhagem para se apropriarem agora dos fundos públicos. Mais dinheiro, mais armamento e novas posições institucionais, vindas do orçamento estatal.

Não é difícil entender, portanto, a rotina das mortes físicas e simbólicas que os que queremos um país democrático temos vivido na última década. Ou se garante algum controle externo sobre as polícias, regulando as economias ilegais que maus policiais achacam e os orçamentos públicos que policiais controlam, ou mesmo as elites que um dia os controlaram se arrependerão de tê-los apoiado. Os setores democráticos, que nunca tiveram um projeto de segurança pública condizente com os desafios representados pelo crescimento desses regimes de poder, deveriam se preocupar em construir algum.

Os regimes de poder bem-sucedidos, historicamente, articularam ao menos duas coisas. Em primeiro lugar, organizaram os ideais de uma parte da sociedade na forma de um projeto político. Valores religiosos, crenças e ideologias, normatividades e ideais de justiça os mais diversos fundamentaram os regimes de poder vitoriosos, das sociedades tribais aos Estados modernos. Para que esses ideais e projetos se sustentassem como poder efetivo, no entanto, foi preciso também controlar recursos materiais e armas de guerra.

A tradição sociológica, de Max Weber a Charles Tilly, nos ensina que as guerras e pilhagens estão na base de qualquer Estado contemporâneo. As veias abertas da América Latina construíram os Estados ibéricos, os vikings de ontem são a social-democracia

dinamarquesa de hoje. A espoliação urbana de São Paulo produziu o “milagre econômico” da ditadura, apropriado pelas elites industriais que se tornaram dominantes no país. Os mercados ilegais de hoje, associados a orçamentos públicos gigantescos, produzem base material para a construção de outras elites políticas, formadas pelas polícias e seus aliados, que lutam contra seus competidores — as facções e seus aliados — por essa posição na elite. A luta militarizada das polícias contra bandidos, antes restrita aos territórios de favelas e periferias, é hoje vetor central das políticas estaduais (FANTINI, 2021) e das narrativas de construção do projeto de Estado. Enquanto as facções miram apenas os mercados, as polícias já se estabeleceram neles e miram o poder de Estado, aliadas aos grupos evangélicos dominantes.

Monopolizar a violência das armas e controlar a acumulação, o quanto possível, são estratégias que fundam regimes de poder duradouros. A associação ideológica entre grupos armados e elites proprietárias no Brasil não deixa dúvidas quanto a isso. O acesso conjunto a riquezas e armas permite converter um projeto normativo, um ideal de sociedade, em um regime material de poder realmente existente.

Um dia pudemos acreditar, nas classes médias e elites, que a redemocratização teria encerrado o ciclo tradicional de pilhagens e violência política no Brasil. No começo dos anos 1990, falamos em transição democrática. Vivemos durante duas décadas (os anos 1990 e 2000) a hegemonia cultural de um projeto de Estado com repartição de poderes, liberdades civis e uma burocracia moderna. Enquanto vivíamos isso, as periferias de São Paulo viviam o que se chamou de “a época das guerras”, e as taxas de homicídio atingiam seu pico: entre homens de 15 a 25 anos, essa taxa chegou a quase 1.000 por 100 mil habitantes, a maior da história do Brasil em qualquer estado. Essa guerra já se travava pelos mercados ilegais emergentes, apropriados por facções e policiais nas décadas seguintes.

O projeto político que se desenvolveu silenciosamente desde então, hoje anunciado explicitamente por seu líder, Jair Bolsonaro⁵, substitui paulatinamente essa pretensa democracia “construção e já ruína” por uma ordem política efetiva, policial, baseada imediatamente nas armas e nas riquezas que elas conquistam. Para cada problema político, uma saída violenta. O que antes era a rotina do poder nas favelas e periferias, então, tende a se “democratizar”. Não foi fazendo o controle desses pobres, afinal, que homens de bem e seus leais policiais aprenderam como opera o poder?

REFERÊNCIAS:

⁵ Ver discurso do presidente em <https://www.youtube.com/watch?v=LQi5bGkNNyM>.

AGÊNCIA BRASIL. (2020). Suspensão de operações policiais em favelas no Rio reduz mortes em mais de 70%. Valor Econômico, 03 ago. Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2020/08/03/suspensao-de-operacoes-policiais-em-favelas-no-rio-reduz-mortes-em-mais-de-70percent.ghtml>

ALMEIDA, Ronaldo de. (2019). Bolsonaro presidente: conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira. *Novos estudos CEBRAP* 38 (1), jan-abr. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/rTCrZ3gHfM5FjHmzd48MLYN/?lang=pt> .

ALVES, Pedro. (2021). Dois homens atingidos pela PM com balas de borracha nos olhos perdem parte da visão; eles não participavam de protesto contra Bolsonaro. Portal G1, 30 mai. Disponível em: <https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2021/05/30/homens-atingidos-pela-pm-com-balas-de-borracha-nos-olhos-perdem-parte-da-visao-eles-nao-estavam-em-protesto-contrabolsonaro-dizem-parentes.ghtml>

FANTTI, Bruna. (2021). “É uma batalha entre o Estado do Rio e uma facção criminosa”. O Dia, 06 jun. Disponível em: <https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2021/06/6161245-e-uma-batalha-entre-o-estado-do-rio-e-uma-facao-criminosa.html>

FELTRAN, Gabriel de Santis. (2020a). The revolution we are living. *HAU: Journal of Ethnographic Theory*, v. 10, p. 12-20. Disponível em: <https://www.journals.uchicago.edu/doi/pdf/10.1086/708628> .

FELTRAN, Gabriel de Santis. (2020b). Formas elementares da vida política: sobre o movimento totalitário no Brasil (2013-). Blog Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, 14 jun. Disponível em: <http://novosestudios.com.br/formas-elementares-da-vida-politica-sobre-o-movimento-totalitario-no-brasil-2013/>

FELTRAN, Gabriel de Santis. (2020c). Centripetal force: a totalitarian movement in contemporary Brazil. *Soundings (Lawrence & Wishart)*, v. 75, p. 95-110.

FELTRAN, Gabriel de Santis. (2021). Polícia e política: o regime de poder hoje liderado por Bolsonaro. Blog Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, 27 jun. Disponível em: <http://novosestudios.com.br/policia-e-politica-o-regime-de-poder-hoje-liderado-por-bolsonaro/>

FOUCAULT, Michel. (1976). Il faut défendre la société. Cours au Collège de France, 11-17 mar. 11 – 17. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=18HCS_ds8-g

GENI; OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. (2021). A expansão das milícias no Rio de Janeiro: uso da força estatal, mercado imobiliário e grupos armados. Grupo de Estudos de Novos Ilegalismos; Observatório das Metrôpoles. Relatório final. Disponível em: http://geni.uff.br/wp-content/uploads/sites/357/2021/04/boll_expansao_milicias_RJ_v1.pdf

MARIN, Pedro. (2020). Piero Leirner: militares acabarão por criar "anomia" da qual tanto falam. *Opera – Revista Independente*, 31 mai. Disponível em: <https://revistaopera.com.br/2020/05/31/piero-leirner-militares-acabarao-por-criar-anomia-da-qual-tanto-falam/> .

MATOS, Gabriela. (2017). “Polícia é a última barreira para a barbárie”, afirma secretário de Segurança. O Dia, 10 fev. Disponível em: <https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2017-02-10/policia-e-a-ultima-barreira-para-a-barbarie-afirma-secretario-de-seguranca.html> .

MAZUI, Guilherme. (2019). Bolsonaro visita sede da CIA em Washington na manhã desta segunda. Portal G1, 18 mar. Disponível em:

<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/03/18/bolsonaro-inclui-visita-a-cia-na-agenda-em-washington-nesta-segunda.ghtml> .

MOTTA, Claudia. (2021). Mais de 6 mil militares atuam em cargos civis no governo Jair Bolsonaro. Rede Brasil Atual, 18 mai. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/politica/2021/05/militares-governo-bolsonaro-6-mil-cargos-civis/> .

NEIBURG, Federico; THOMAZ, Omar Ribeiro. (2020). Ethnographic views of Brazil's (new) authoritarian turn. *HAU: Journal of Ethnographic Theory*, v. 10, p. 7-11. Disponível em: <https://www.journals.uchicago.edu/doi/abs/10.1086/708670?mobileUi=0> .

NOBRE, Marcos. (2020). Ponto-final: a guerra de Bolsonaro contra a democracia. São Paulo: Todavia.

OLIVEIRA, Rafael. (2021). Professor é preso em Trindade por não retirar de seu carro faixa com “Fora Bolsonaro Genocida”. Portal G1, 31 mai. Disponível em: <https://g1.globo.com/go/goias/noticia/2021/05/31/professor-arquidones-bites-denuncia-que-foi-preso-por-nao-retirar-de-seu-carro-um-adesivo-fora-bolsonaro-genocida.ghtml> .

PRATA, Antonio. (2019). #minhaarmaminhasregras. Enquanto o mar quebrava na praia, os jagunços faziam o trabalho sujo. Folha de São Paulo, 10 nov. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/antonioprata/2019/11/minhaarmaminhasregras.shtml> !

SILVA, Elias Miler da. (2021). O projeto de lei que dá mais autonomia às Polícias Militares é adequado? SIM. Folha de São Paulo, 5 fev. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2021/02/o-projeto-de-lei-que-da-mais-autonomia-as-policias-militares-e-adequado-sim.shtml> .

SINGER, André; DUNKER, Christian; ARAÚJO, Cicero; LOUREIRO, Felipe; CARVALHO, Laura; PAULANI, Leda; BRAGA, Ruy; SAFATLE, Vladimir. (2020). Por que assistimos a uma volta do fascismo à brasileira. Folha de São Paulo, Ilustríssima, 09 jun. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2020/06/por-que-assistimos-a-uma-volta-do-fascismo-a-brasileira.shtml>

VIALLI, Andrea. (2020). Setor de segurança privada faz ajustes e revê projeções. Folha de São Paulo, 25 abr. Disponível em: <https://saopaulo.folha.uol.com.br/o-melhor-de-saopaulo/2020/servicos/04/setor-de-seguranca-privada-faz-ajustes-e-reve-projecoes.shtml#:~:text=Estimado%20em%20R%24%2033%2C7,econ%C3%B4mica%20causado%20pelo%20novo%20coronav%C3%ADrus>

Gabriel Feltran

Doutor em Ciências Sociais, professor do Departamento de Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), pesquisador do Núcleo de Etnografias Urbanas do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP).